



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
2ª Câmara de Coordenação e Revisão

VOTO Nº 3416/2013

PROCEDIMENTO MPF Nº 1.33.001.000076/2013-51

ORIGEM: PRM – BLUMENAU / SC

PROCURADOR DA REPÚBLICA: EDUARDO DE OLIVEIRA RODRIGUES

RELATOR: JOSÉ BONIFÁCIO BORGES DE ANDRADA

**MATÉRIA:** Peças de informação instauradas a partir de notícia veiculada pelo sistema 'digi-denúncia', para apurar o crime de tentativa de estelionato (CP, art. 171 c/c art. 14, II). Relato de recebimento de mensagem eletrônica informando a contemplação de premiação por empresa de cartão de crédito, com o aparente fim de promover a captação de dados bancários do destinatário da mensagem, para posterior obtenção de vantagem indevida. Revisão de declínio (Enunciado nº 32 - 2ª CCR/MPF). Inexistência de elementos que denotem ofensa a bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas (CF, art. 109, IV). Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para persecução penal. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.

**HOMOLOGAÇÃO DO DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES  
AO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL**

Não ocorrendo, com a infração penal, prejuízo a bem, serviços ou interesse direto e específico da União, suas entidades autárquicas ou empresas públicas, não se firma a competência da Justiça Federal, e, conseqüentemente, falece atribuição ao Ministério Público Federal para atuar no caso. Inteligência do art. 109, inc. IV, da CF.

A 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, atenta ao que consta dos autos, **HOMOLOGA O DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO**, acolhendo, como razões de decidir, os fundamentos invocados pelo membro do *Parquet* Federal à fl. 05.

Devolvam-se os autos à origem com as homenagens de estilo, para remessa ao Ministério Público Estadual.

Brasília, 6 de maio de 2013.

**José Bonifácio Borges de Andrada**  
Subprocurador-Geral da República  
Membro Titular – 2ª CCR

/APR.